

Biopolítica e literatura: os *disiecta membra* do presente em *Feliz ano velho**

Roberto Vecchi**

Resumo

Combinando uma reflexão sobre o funcionamento das representações culturais com o uso de alguns conceitos da biopolítica, o ensaio propõe questionar como os limites representativos – em particular referidos ao contexto do autoritarismo – podem encontrar uma possibilidade de expressão de experiências extremas e indizíveis, como a violência ou a morte com a eliminação do corpo da vítima, que exclui a possibilidade de elaborar o luto. O estudo de caso é conduzido a partir de uma análise do romance *Feliz ano velho* (1982), de Marcelo Rubens Paiva, que proporciona uma narrativa aparentemente despojada mas bastante interessante para aprofundar questões até radicais de crítica cultural, em uma perspectiva necessariamente interdisciplinar.

Palavras-chave

violência e representação, biopolítica, Marcelo Rubens Paiva, autoritarismo, resistência democrática.

* para Jorge Coury Sobrinho.

** professor de Literatura portuguesa e brasileira da Universidade de Bolonha.

Biopolitics and literature: the *disiecta membra* of the present time in *Feliz ano velho*

Roberto Vecchi

Abstract

Combining a critical approach on cultural representation and some biopolitical concepts, the essay aims to discuss how representation constraints – referred particularly to an authoritarian context – may find a possibility to express extreme or unutterable experiences, such as violence or death together with the victim's body elimination, which excludes the possibility of mourning. This case study analyses the novel *Feliz ano velho* (1982), by Marcelo Rubens Paiva, which pseudo-simple narrative enables us to deepen the most radical questions on cultural criticism through an interdisciplinary perspective.

Keywords

violence and representation, biopolitics, Marcelo Rubens Paiva, authoritarianism, democratic resistance.

Instantâneos de ausências

O que *representam* as pseudo-fotos atribuídas a Vladimir Herzog e publicadas em jornal em outubro de 2004? A história duplamente trágica é conhecida. Um jornal, o *Correio Braziliense*, publica uma série de fotos de um homem detido em uma tenebrosa cela, nu e desesperado. Aparentemente se trata do jornalista da TV Cultura, morto nos porões do DOI-CODI em São Paulo, em 1975, suposta e sadicamente retratado no cárcere pouco antes do assassinato. Um corpo humilhado, à beira da tortura e da morte. Uma hipótese verossímil, corroborada inclusive inicialmente pelo reconhecimento de um traço, de um detalhe da foto (o relógio), por parte da viúva de Vlado, Clarice. Mas o tempo contribui para esclarecer que na verdade se trata de outra pessoa. No entanto, a pergunta inicial continua válida: *o que essas fotos representam?* Ou, para melhor dizer, o que é a representação proporcionada por essas fotos? Do ponto de vista político, seu estatuto de inautenticidade não prejudica um elemento constitutivo fundamental: elas são representações (postiças, não verdadeiras) do passado, mas que possuem uma força representativa, uma energia política relevante, realmente capaz de re-apresentar o passado por uma outra, inesperada ordem que vai muito além da referência histórica e acaba dando corpo a um fantasma ainda insepulto de um passado muito pouco elaborado. Fantasma – ou representação – que assume uma extraordinária e contundente força política, favorecendo no presente um pronunciamento negacionista sobre o passado feito por uma ala do exército brasileiro, a demissão de um ministro e do presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, um debate na sociedade civil sobre a oportunidade de abrir os arquivos da repressão e algumas ações no primeiro governo Lula nessa direção.

Ou seja, o passado não elaborado, um resto desse passado, um fantasma, justamente, atestam como a ordem da representação (inautêntica) pode agir e condicionar o presente, re-apresentando-se como passado ainda aberto e inconcluso, o que confirma a idéia benjaminiana, própria de uma história materialista, do passado concluso e fechado, definitivamente morto, que viabiliza porém, exatamente por essa condição, a sua possibilidade de ser citado¹.

1 BENJAMIN, Walter. *Sul concetto di storia*. Tr. it. de Gianfranco Botola e Michele Ranchetti. Torino: Einaudi, 1997. p.111. Um pouco se afastando, aqui nesse fragmento, do que afirma nas teses sobre o conceito de história.

O caso empírico contribui, no entanto, para exibir um modo de funcionamento das representações culturais e também a sua natureza essencialmente ambígua. De certo modo, será escusado lembrarmos que o problema de fundo das representações é constituído justamente pela ambigüidade escorregadia, pela ambivalência incontornável, como a define Jack Goody, dos processos representativos. Que consistem essencialmente em modos de re-apresentação da realidade (ou do que é considerado como realidade) em que a ambivalência é inerente ao próprio processo da representação do homem enquanto vivente dotado de *logos*, de acordo com a clássica definição aristotélica. De fato, as representações são sempre representação de algo; portanto, são re-apresentações e não a coisa em si, *der Ding an sich*². A ambivalência surge a partir desse motivo estrutural, porque na re-apresentação se atesta uma ausência e uma presença, um oco e um pleno em contemporâneo: a possibilidade que se dá então é de que a forma seja trocada pelo conteúdo, que o significante (palavras, ações, imagens) possa ser confundido ou abertamente identificado com o significado. No caso das pseudo-fotos de Herzog, as conseqüências políticas que desencadearam, a possibilidade do seu significado, que é já significação, prevaleceram sobre a autenticidade do significante. O que marca o carácter fundamentalmente vicário das representações históricas, poderíamos observar, acompanhando um pouco obliquamente o pensamento de Paul Ricoeur.

Da mesma maneira, uma pergunta análoga poderia surgir perante um livro como *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva (1982). O que representa sua narrativa que o consagrou como uma espécie de texto de culto, com dezenas de reedições, sua passagem para a tela e sua recorrente incidência no imaginário da geração de trânsito que saía dos anos do autoritarismo, no começo da década de 80? À primeira vista, justamente o seu enquadramento no horizonte de consumo editorial poderia esgotar a questão de um livro de enorme sucesso. Mas, na verdade, o que representa uma obra tida como emblemática de certa representatividade histórica a não ser uma possibilidade de problematização dessa própria representatividade? Nesse sentido, a ingenuidade aparente do livro não contribui para desfazer o arcano. Na verdade, o livro, literariamente despojado, pelo menos em um plano aparente, é muito mais, diria agora como hipótese, um dispositivo cultural complexo pelo modo como se enxerta na circunstância histórica e pelas formas com que problematiza

2 GOODY, Jack. *L'ambivalenza della rappresentazione: cultura, ideologia, religione*. Tr. it. de M. Gregorio. Milano: Feltrinelli, 2000. p. 34.

a própria representação. É por isso que talvez permaneça como uma materialidade que captura, em suas ausências, ou em suas armadilhas, objetos que de outro modo se perderiam. Desempenhando assim uma função vicária de representação e tornando sua singularidade plural. Ou também encontrando na sua ficção um instante de realidade possível que é seu potencial de representação. Como as pseudo-fotos de Herzog.

Literatura de evasão ou evasão pela literatura?

De certo modo, *Feliz ano velho* encena um contraste que, no entanto, acaba por ser estruturador: pode um livro, estética e contratualmente desprezioso, tornar-se um artefato cultural não só engenhoso mas também funcionando como um dispositivo semântico original em seu processo de representação? Um ensaio só literário não conseguiria enquadrar a aporia do questionamento, mas uma perspectiva bem mais culturalista talvez possa isolar resultados mais instigantes, pelo menos proporcionando novas condições de releitura “histórica” da narrativa.

O estatuto periclitante do gênero literário – que vem da hipertrofia do *eu*, oscilando entre autobiografia, diário, memória e romance (ou “quase romance”) – mais do que um limite, configura-se como um limiar de sentidos. A narrativa acaba assim funcionando como uma poderosa folha de papel mata-borrão em relação a outras escritas. Uma absorção no entanto ativa, canibalesca – como se diria pensando, por exemplo, no horizonte da literatura italiana da década de 90, além obviamente do legado estético pós-organicista do Modernismo brasileiro – funcional a um projeto antes histórico e depois literário. O que permite à narrativa fugir das grades do “cárcere do eu” – que caracteriza a produção literária da virada de 70 para 80, como muito bem rotulou Flora Süssekind³ – é sua pendularidade intertextual, que a torna de certo modo uma epítome crítica da literatura daqueles anos. É macroscópico o diferencial que a separa do *pastiche* de ficção autobiográfica que nessa época, de modo bem mais substancial, percorre essa trilha crítica (refiro-me evidentemente a *Em liberdade*, de Silviano Santiago, de 1981), mas há pelo menos uma recolocação da experiência de leitura que também na narrativa de Rubens Paiva vai ocupando o centro da cena, suprimindo os vácuos do contexto com elementos do texto. O livro articula

3 SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 54-5. (Brasil: os anos do autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas).

assim uma rede de datação conotativa do texto a partir de uma reciclagem de material literário.

Depara-se muito bem essa tendência já a partir da configuração paratextual do volume. O título, por exemplo, evoca logo, apesar da antonímia adjetival, o volume (e o conto epônimo) de Rubem Fonseca, *Feliz ano novo* (1975), não só porque desde esse índice torna-se claro que a violência moderna e sem sentido vai ser uma investida da narrativa, mas também pelas suas marcas extratextuais, tendo sido o volume de Rubem Fonseca apreendido pela censura do regime militar em 1976, isto é, pouco tempo depois da sua publicação e distribuição. Assim como o tom da narração, seu vaivém pessoal do público para o privado contracena com outro romance que marca muito bem o desbunde depois da militância hiper-politizada e o reequacionamento entre mundo político e mundo privado: refiro-me aqui ao italiano *Porcos com asas (diário sexo-político de dois adolescentes)*, de Marco Lucio Radice e Lidia Ravera (1976), não só pelo impacto que provocou na mesma geração de leitores que depois assumiu *Feliz ano velho*, mas também pelo elemento material da edição, já que a tradução do romance italiano inaugura pela Brasiliense o formato da coleção “Cantadas literárias”, em que se integrará também o volume de Rubens Paiva. São pequenos traços que configuram, porém, um quadrante novo de leitura.

Sobre a literariedade – e não a literalidade – da experiência representada, que transcende um âmbito da intertextualidade, é oportuno pensar em como há textos formando contextos da obra. Com isso, o autor instaura uma espécie de identidade que acaba por se tornar traço de identificação. É o caso por exemplo da recorrência quase obsessiva de um romance-depoimento que, por sua vez, foi um divisor de águas, problematizando, pela sua porosidade genológica, o próprio estatuto autobiográfico: *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira (1979). Embora não se reduza a uma experiência de leitura, *Feliz ano velho* reescreve *O que é isso, companheiro?*, refazendo-o, de certo modo, com decalques que mostram uma decorrência direta, obviamente funcional a um intuito de aclimação histórica pelo viés cultural da matéria biográfica. A partir de uma condição comum, a de “exilado, sem poder voltar”⁴. Veja-se nesse sentido, por exemplo, como a citação de um trecho do livro de Gabeira, ou sua síntese reflexiva (a cena do vento no rosto pelo aterro do Flamengo), transforma-se em matéria biográfica para depois retextualizar-se na moldura pseudo-autobiográfica: “Entramos

4 PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.38.

na Avenida Paulista. Ah... não esqueci da minha promessa. Pedi para Nana abrir a janela e recebi o ventinho na cara”⁵.

Ou seja, não há só o *eu*, como característica da prosa de autoexpressão e autoidentificação do tempo, mas há pelo menos, como convém mais à autobiografia do que ao relato de memórias, uma verdadeira selva de *eus*. No entanto, o *eu* é o narrador eleito e deputado a desempenhar funções de pendor normalmente extraordinário, isto é, extraliterário, o que demarca o seu limite estético intransponível. O questionamento afeta aqui, outra vez, a esfera da cultura bem mais do que a da literatura, para dar conta da torrencial produção confessional que marca a época, de certo modo problematizada, pela vertente do “para-diário do adolescente fracassado”, por *Feliz ano velho*. Por que um recurso tão vasto ao *eu*, neste como nos outros casos, como uma fuga, ou melhor, um refúgio naquela circunstância?

Uma primeira, evidente, resposta vem da necessidade advertida de re-subjetivação da falsa objetividade histórica. O que não funciona como álibi para os indubitáveis impasses do realismo – sobretudo no sentido das particularizações malogradas pela singularidade do relato e da experiência – implicados por essa opção estética. Mas tem, em latência, outro aspecto, digamos, político, que vale a pena assinalar. O refúgio do *eu* confere ao narrador-portador de historicidade uma condição metafórica próxima da do refugiado em relação ao Estado-nação, posto assim em crise por essa figura-limite. Óbvio que não está aqui em causa a condição do nascimento que se conjuga ao princípio de soberania se tornando condição primária para a afirmação da nação que os refugiados, enquanto massa estavelmente residente de não-cidadãos, põem inexoravelmente em cheque, desmascarando a ficção da soberania moderna, como mostra bem Giorgio Agamben, retomando algumas linhas críticas do pensamento de Hannah Arendt⁶. No entanto, os “refugiados” (do *eu*) possuem uma força biopolítica considerável, exibindo a não coincidência entre a cidadania declamada pela retórica do regime e o gesto violento de exclusão e arbítrio – a repressão – com que a soberania autoritária se vinha afirmando. Isto é, desvendam a fratura biopolítica fundamental da ditadura, o que se torna o marco caracterizador da produção cultural dessa fase complexa de redemocratização.

5 PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 163.

6 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995. E veja também: AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996. p. 25-6.

Apesar dos impasses estéticos, as representações do *eu*, evidenciando uma desomogeneidade do corpo social, subtraem o sujeito à sujeição, através de um exercício biopolítico desmistificador. É por isso que *Feliz ano velho* pode ser assumido como o lugar onde uma literatura aparentemente de evasão consagra, pelo contrário, através de uma densa trama biopolítica, a evasão pela literatura de um novo corpo político e crítico, delineando assim uma possibilidade efetiva e afetiva de representação da experiência histórica.

A disjunção biopolítica: a multidão em movimento e a reconfiguração do corpo político

A representatividade⁷ feroz, digamos assim, de *Feliz ano velho*, o que o torna o livro de uma geração, ou até, e por extensão, de uma determinada conjuntura histórica, não vem da sua maior ou menor adesão a uma presumida ordem do real (como re-apresentação do passado) mas do dispositivo biopolítico que a escrita conseguiu rearticular no seu próprio âmago. Uma condição, essa, que cauciona, de certo modo abonando-os, os limites estéticos próprios e dos horizontes literários do tempo, que o marcam enquanto obra literária.

Um elemento dominante da preocupação biopolítica da narrativa, e não só de cariz biográfico, é a constante reconjunção de duas temporalidades históricas, o presente pessoal, traumático e doloroso, e o passado pessoal e familiar, por sua vez também traumático e doloroso. Uma oscilação pendular entre o “agora” e o “então” como não-agora, mantida por um poderoso vínculo mnésico entre passado e presente: o acidente que paralisa Marcelo, o mergulho mal dado, desencadeia e exalta o trabalho da memória, que marca sua história, trazendo à tona o trauma da perda do pai, desaparecido nas malhas da repressão política. Esse elo é logo explicitado pelo livro: o prefácio-carta de Luis Travassos, líder estudantil, preso e refugiado político, seguido de um comentário do narrador instituindo identidades biográficas, conecta as temporalidades disjuntas.

A teia de significados do livro não se reduz portanto ao relato diarístico da experiência, figurando um movimento duplo de queda e de progressiva regeneração (que evoca em parte,

⁷ Uso aqui o termo como possível tradução do conceito de *représentance* elaborado por Paul Ricoeur como representação vicária em função dos problemas epistemológicos provocados pela representação histórica. RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000, p. 339-59.

de certo modo, o livro de Gabeira), mas pelo contrário surge a partir de uma radicalização biopolítica essencial. A ditadura seqüestra Rubens Paiva pai, pela tortura possivelmente praticada lhe separa violentamente a *vida nua* (confirmando em termos de representação – e não de teoria – como a exceção, nesse caso repressiva, funda a soberania, pela extromissão, o *ex-capere*, do corpo da vítima, dessubjetivado da forma-de-vida e reobjetivado em carne, do corpo social), chegando ao extremo do desaparecimento, da destruição e denegação do seu corpo. A biopolítica ditatorial, que aqui repercute em seus tiques e maneiras retóricas como política de defesa da vida contra os perigos do contágio da gangrena comunista (representado pela bela figura também emblemática e radicalmente biopolítica – e não oximórica, como pelo contrário poderia parecer – do “inimigo interno”), já se auto-representa inexoravelmente como seu avesso, como aquilo que Foucault denomina “tanatopolítica”⁸: um dos seus possíveis, abjetos rostos. Mas essa é só uma das duas vertentes principais em jogo. O que é semanticamente relevante em *Feliz ano velho* é como se realiza o contraponto entre o passado tanatopolítico da história familiar, marcado por um luto não trabalhável pela própria falta ou ilocalizabilidade dos despojos mortais do desaparecido, e o presente biopolítico também da tetraplegia que separa o corpo, a *vida nua* de Marcelo, do seu cérebro, ou melhor, do seu pensamento enquanto nexos constitutivo das formas de vida em forma-de-vida⁹, isto é, em *bíos*, em vida qualificada. A imagem não poderia ser mais incisiva:

Senti que só existia uma coisa em mim. Era como se fosse uma cabeça em cima de uma bandeja. Qualquer balançada que desse, a cabeça cairia da bandeja e sairia rolando como se fosse uma bola. Cairia no chão e continuaria rodando, rodando, rodando, rodando, rodando, rodando...¹⁰

Alguns anos atrás, resenhando a edição portuguesa de *Feliz ano velho*, notava, para um leitor não estritamente informado dos

8 FOUCAULT, Michel. La technologie politique des individus. In: _____. *Dits et écrits: 1954-1988*. Editions établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994, p. 826. v. 4: 1980-1988. (Bibliothèque des Sciences humaines).

9 AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996. p. 17.

10 PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 20.

fatos implicados pelo livro, que essa imagem simbolizava uma condição histórica plural, tornando-se metáfora viva de um *eu-coletivo*, o que explicava as dimensões consideráveis do êxito editorial do livro¹¹. Na verdade, o recurso à metáfora descrevia mais do que interpretava o sentido da narrativa, que se estrutura de modo bem mais complexo por suas potencialidades biopolíticas em jogo.

De fato, a dimensão crucial – foucaultiana *par excellence*, complicada mas decisiva para a definição da constelação biopolítica – que surge pela narrativa é a da relação que se configura e é reconfigurada entre corpo e política. Uma relação pelo menos dual, mas sempre combinada. No sentido de que o presente poderia parecer aqui – para ficar na categorização de Paolo Virno, na crítica da idéia do fim da história, que encontra no *déjà-vu* uma das suas epifanias contemporâneas – um presente duplicado pelo pseudo-passado; assim, nessa condição reiterada e pós-histórica se articularia uma relação entre os dois tempos, em que o narrador olharia a si próprio – o homem duplicado pelo presente duplicado – como uma personagem em espetáculo, portanto “olhando-se viver”. Mas ao *déjà-vu* o filósofo italiano opõe, em chave antibergsoniana, a “recordação do presente”¹², que não corresponde ao falso reconhecimento do passado no presente. Ele por sua vez é um anacronismo certo, mas um anacronismo oposto, formal e não real, que se realiza coadunando a forma-passado – por exemplo, a língua – com o presente em curso¹³. Provocando a experiência do possível, não sua dissimulação ou recalçamento, o hiato entre potência e ato, na base do tempo histórico, fica em aberto, e a recordação do presente pode assim proporcionar a historicização da experiência.

Por essa vertente teórica, podemos reanalisar através de outra perspectiva a aparente tautologia do passado e do presente em *Feliz ano velho*. Entre o corpo do pai desaparecido e o corpo de Marcelo mutilado pelo acidente, não é o *déjà-vu* que se afirma, mas, pelo contrário, a recordação do presente, que

11 VECCHI, Roberto. *Feliz Ano Velho*. *Colóquio Letras*, Lisboa, n. 131, p. 259, jan./mar. 1994.

12 Em uma bela leitura pioneira, em língua portuguesa, do ensaio de Paolo Virno, Raúl Antelo adota outras opções de tradução em relação aos principais conceitos do filósofo italiano, portanto “ricordo del presente” se torna “lembrança do presente” ou “allora” como “outrora”, apontando para os mesmos conceitos a que aceno nesse artigo. Cf. ANTELO, Raúl. *Modernismo, repurificação e lembrança do presente*. *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 7, p. 146-165, 2003-4.

13 VIRNO, Paolo. *Il ricordo del presente: saggio sul tempo storico*. Torino: Bollati Boringhieri, 1999. p. 26-7; 47.

forja uma dupla narrativa. Se bem repararmos, não se trata de tautologia, e a vertente biopolítica permite captar a disjunção essencial que se insinua; na verdade, em termos figurais, um quiasmo cujo médio é representado pela eliminação ou subtração do marco concreto do corpo vivente enquanto potência, ou seja, despido de qualquer qualidade que não seja a vitalidade (reduzido assim à *vida nua*). No caso de Marcelo, a separação fatal de *bíos* e *zoé*, da forma-de-vida da *vida nua*, acentua a denúncia da arbitrariedade do ato de exceção inscrito na eliminação e ocultação do adversário político pelo regime militar. Experimentada pelo narrador, a perda do corpo vivente, da *vida nua*, ele representa a forma-de-vida praticamente pura, cuja apreensão seria viável só pelo viés teórico daquele dispositivo de saberes e poderes que é a biopolítica, mas que aqui se pode então historicizar sem duplicações de nenhum pseudo-passado, mas pelo contrário exibindo e não ab-rogando a natureza própria do tempo histórico, isto é, da coexistência, simultânea e diferencial – portanto historicizadora –, de virtual e atual, de percepção e recordação, de possível e real¹⁴.

O resgate historicizador, de presente e passado, funda-se em um outro movimento fundamental que decorre, sempre pela força da representação, das formas de poder, e introduz uma disjunção biopolítica significativa entre as duas vertentes. O que encontramos combinado ou até contrastado em *Feliz ano velho* é no fundo a anfibologia da palavra “sujeito”, sempre explicada por Foucault, que aponta para a forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, uma forma que subjuga e, justamente, *sujeita*: o sentido do sujeito submetido ao outro pelo controle e pela dependência e o sentido de sujeito que é tornado aderente à própria identidade pelo conhecimento ou a consciência de si¹⁵. Se por um lado encontramos no caso de Rubens Paiva pai a objetivação do sujeito pela violência ditatorial, de modo que o sujeito pelo sistema repressivo e o aparelho da tortura é tornado antes, sempre para usar uma outra definição foucaultiana, um “animal de confissão”¹⁶, que depois degradado para a condição da *sacratio*¹⁷, da *vida nua*, pode ser destruído enquanto só corpo,

14 VIRNO, Paolo. *Il ricordo del presente: saggio sul tempo storico*. Torino: Bollati Boringhieri, 1999. p. 28-9.

15 FOUCAULT, Michel. Le sujet et le pouvoir [1984]. In: _____. *Dits et écrits: 1954-1988*. Editions établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994, p. 227. v. 4: 1980-1988. (Bibliothèque des Sciences Humaines).

16 FOUCAULT, Michel. *Storia della sessualità 1: la volontà di sapere*. Tr. it. de P. Pasquino e G. Procacci. Milano: Feltrinelli, 2001. p. 55.

por outro lado, assistimos, ao mesmo tempo, intimamente en-
traçado com esse processo, a outro movimento de subjetivação
por parte do narrador da experiência de objetivação do corpo
imposta pelo acidente, tornado quase puro *bíos* e que progressi-
vamente, pela recuperação das funções corpóreas, pela redesco-
berta do prazer e do corpo, é retraduzido – resujeitado – à outra
identidade.

Neste recorte, pode-se depreender, diga-se de passagem,
uma possibilidade transitiva de transmissão da experiência
singular do sujeito em relação ao poder ditatorial enquanto,
contemporaneamente, metonímia e metáfora presentes na nar-
ração¹⁸, contribuindo a fundar, portanto, uma nova memória
cultural dos traumas sofridos:

Você é meu corpo. Meu cérebro está bom. Geralmente, pruma
pessoa normal, quando ela quer um chá, o cérebro comanda os
músculos para se locomoverem até a cozinha e fazer o pedido. Você
é meus músculos, minhas pernas e mãos. Eu é que comando.¹⁹

É interessante notar também, quanto à memória coletiva,
que a experiência relatada da dor faz com que a lembrança, que
possui sempre uma raiz física, portanto metonímica e singular,
se simbolize e se possa abrir assim, pela disjunção biopolítica e
pelo menos em parte, para os outros, funcionando como catarse
trágica de valor plural²⁰.

No entanto, não se trata só de uma textualização recom-
positiva a de *Feliz ano velho*, mas de uma textualização que
desvenda outras não-coincidências cruciais na vertente biopo-
lítica. Outra pergunta chave, de fato, é a seguinte: o biopoder
assume as feições de qual soberano? A metáfora hobbesiana do
Leviatã, pela disjunção biopolítica dos corpos – que é também

17 Recorro aqui evidentemente à figura e ao arsenal terminológico do *homo sacer* estudado por Giorgio Agamben e extrapolado do direito romano.
AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995.

18 VECCHI, Roberto. I giorni contati della memoria. In: CHIERICI, Maurizio. *Favela e grattacieli*. Roma: Nuova Iniziativa editoriale, 2005. p. 208-9.

19 PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 172-3.

20 MAJ, Barnaba. Lendas, lembranças e memória. In: VECCHI, Roberto; ROJO, Sara (Ed.). *Transliterando o real: diálogos sobre as representações culturais entre pesquisadores de Belo Horizonte e Bologna*. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2004, p. 29-31.

das representações – entra como que em curto-circuito enquanto representação. O corpo político e o corpo social são como que dissolvidos em seu pacto constitutivo, como se a ambigüidade do corpo, que é, de acordo com Agamben, “um ser bifronte, portador tanto da sujeição ao poder soberano como das liberdades individuais”²¹, se partisse inexoravelmente e o corpo do soberano se constituísse só dos corpos vivos, portanto elimináveis, desprovidos da forma-de-vida, mero substrato no exercício autoritário do poder soberano. Assim, no banco dos acusados sobe, sem possibilidade de apelação, a ditadura e o aparato repressivo que ela instalou, desmontada em suas técnicas pela historicização da representação proporcionada pela narrativa de passado e presente ditatoriais, exibindo assim – desconsagrando da sua aura – a natureza plena e inegavelmente tanatopolítica do biopoder, em que se absolutiza o gesto – aliás constitutivo – da soberania de decidir fazer ou não morrer o súdito.

Agora, na sua ingenuidade aparente, no seu caráter despojado, a narrativa representa também outro racha profundo, que carrega mais um índice histórico importante. A quebra do contrato social pela disjunção biopolítica por parte do autoritarismo (na política moderna, o contrato tem justamente como limite a ameaça da vida do cidadão perante a qual o império absoluto pode ser posto em discussão), em que em jogo estaria a vida, traz à tona outra não-coincidência essencial na idéia declamada de povo (brasileiro) que a retórica biopolítica do regime forjara, justificando com ela o exercício abusivo do poder de morte. Assim como o corpo, o povo é marcado pela fratura biopolítica fundamental entre a *vida nua* (o povo) e a existência política (o Povo), retraçando a demarcação entre exclusão e inclusão propriamente biopolítica²². A unidade dos dois elementos é inviável no plano histórico porque há sempre um resto entre povo e Povo, algo que não se deixa incluir no todo de que faz parte, embora discursivamente exista só um povo, narrado como identidade. Agora, o desmascaramento da retórica do regime proporciona um gesto político radical que é a separação da multidão histórica – corpo vivo se tornando corpo político – da ficção do “Povo brasileiro”, desestruturando assim a noção política moderna de povo e tornando evidente o contraste político decisivo que, como aponta Hobbes (*De cive*),

21 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995. p. 138.

22 AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996. p. 32.

se sintetiza na imagem dos “cidadãos que quando se rebelam contra o Estado são a Multidão contra o Povo”²³.

Na narrativa de Marcelo, esse contraste institutivo e opositivo de uma outra idéia de política sobressai não só pelos movimentos que ocupam a cena da contemporaneidade (a luta contra a ditadura, os metalúrgicos do ABC, a formação do PT etc.) mas pela instâncias que surgem da sociedade civil na época da abertura, que, pelos seus corpos, viventes e políticos, ou até praticamente só políticos, como no caso do narrador, se opõem à arbitrariedade do estado de exceção, instituidor da violência repressiva. No fundo, o que se dá é uma contraposição pela reconfiguração do corpo (de Marcelo, mas também social e político), opondo, poder-se-ia dizer, uma biopolítica outra e democrática à tanatopolítica ditatorial, denunciada através da disjunção representativa da história pessoal e coletiva da qual emerge o caráter polifônico, carnavalesco da Multidão em movimento como narração produzindo uma nova subjetividade e novas linguagens²⁴. Não se trata só de um fenômeno contemporâneo dos movimentos políticos do Ocidente globalizado, como notam Hardt e Negri, mas, no Brasil da abertura, se repensado através do Brasil em ato, é evidente o que representou em termos potenciais e políticos, como temporalidade do possível.

A pergunta portanto originária – o que representa *Feliz ano velho?* – encontra na análise das virtualidades biopolíticas da narrativa, em um abordagem menos crítico-literária do que cultural e política (mas que se esforce por não anular o texto), pelo menos algumas sombras dos *disiecta membra* de uma memória cultural do então no agora. Esta vai se compondo por vácuos e hiatos, através das representações, conectando a corporeidade das recordações pessoais – paradoxalmente, por um sujeito desprovido do uso do seu corpo vital – com a configuração de um outro corpo político que na multidão em movimento reencontra o impulso e o projeto de um novo tempo: “Vou usar um velho chapão, mas é verdade que não é matando um corpo que se elimina um homem. Rubens Paiva está vivo em muitas pessoas”²⁵.

RECEBIDO EM: DEZ. 2006 APROVADO EM: JAN. 2007

23 VIRNO, Paolo. *Mondanità: l'idea di "mondo" tra esperienza sensibile e sfera pubblica*. Roma: Manifestolibri, 1994. p. 109.

24 HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Moltitudine: guerra e democrazia nel nuovo ordine imperiale*. Tr.it. de A. Pandolfi. Milano: Rizzoli, 2004. p. 246.

25 PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 65.